



INFRA S.A.

**Julgamento**

Brasília, 16 de julho de 2024.

**JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**EDITAL LRE Nº 08/2024**

**LOTE 06-SUPAQ**

**OBJETO:** "Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando a elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, Diretoria de Empreendimento e Diretoria de Mercado e Inovação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

<b>RECORRENTE:</b>	<b>INFRAS ENGENHARIA LTDA</b>
<b>RECORRIDAS:</b>	<b>CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO</b> composto pelas empresas: 1. EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 17.940.831/0001-46 - 50% (líder); 2. HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. CNPJ: 31.250.137/0001-28 - 50%.

**1. DAS PRELIMINARES**

1.1. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso registradas no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, Licitações-e.

**2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE**

2.1. Insurge a recorrente contra a decisão de habilitação do **CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO** (SEI nº 8574086), conforme alegações abaixo:

(...)

**II - DA SÍNTESE DOS FATOS**

Trata-se de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando à elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, Diretoria de Empreendimento e Diretoria de Mercado e Inovação.

Após a sessão do certame, o consórcio formado pelas empresas Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia e a empresa Hidrotopo foi declarado vencedor.

SOCIETUDE DE ADVOCACIA

**Licitação [nº 1046151] e Lote [nº 6]**

**Detalhes do lote**

Resumo do lote	Grupo/Lote 6 - DIPLAN/SUPAQ - Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando a elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos
Situação do lote	Declarado vencedor
Fim de acolhimento	02/07/2024-14:23:34
Fornecedor vencedor	EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA
Valor	R\$ 8.400.000,00

[registrar intenção de recurso](#)

**Histórico de recurso**

10 resultados por página

Data/Hora	Emitente	Descrição	Ação
01/07/2024 14:35:27	CMV CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA	Informamos intenção de recurso, visto que não foram apresentadas as documentações financeiras de habilitação solicitadas pelo edital.	
01/07/2024 14:27:19	INFRA ENGENHARIA LTDA	Visto que a declarada vencedora não apresentou a documentação de habilitação exigida em edital, informamos nossa intenção de recurso.	

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

Pesquisar

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

Conforme ficará demonstrado, o consórcio formado pelas empresas Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia e a empresa Hidrotopo, deixou de cumprir com os termos do edital, pois as exigências quanto à qualificação técnica profissional não foram cumpridas.

Neste sentido será comprovado a seguir que não há outra opção a não ser rever a decisão que declarou a empresa recorrida habilitada, sob pena de se incorrer em ilegalidades e até em atos contrários à Administração.

### III DO DESCUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL EM RELAÇÃO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

No Termo de Referência - TR, item 5.10 e item 5.11, há de forma bem clara a determinação que para a Comprovação Técnica Profissional será preciso atender aos requisitos de equipe constantes em planilha, assim como apresentar a equipe mínima referente aos profissionais indicados. Ou seja, a falta de qualquer profissional caracterizado o atendendo ao edital e consequentemente é um motivo claro de desclassificação.

O item 5.11, subitem a, b e c, especificam que para a comprovação da qualificação técnica profissional são necessários apresentar alguns documentos que comprovem a FORMAÇÃO do profissional. Esses documentos podem ser diplomas (ou equivalentes), emitidos por instituição de ensino superior reconhecido pelo MEC, sendo a EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL comprovada por meio de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e TEMPO DE EXPERIÊNCIA (em alguns dos profissionais no caso), também através de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado,

"5.11. Comprovação, conforme os Requisitos da equipe constantes da Planilha, de vínculo, de no mínimo: uma equipe técnica para o modo Portuário/Aquaviário, para o grupo 6 - SUPAQ;

a) Em relação ao requisito de formação: apresentação dos diplomas (ou equivalentes) requeridos para a função, emitidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;

b) Em relação ao requisito de experiência profissional: apresentação de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência do profissional, conforme o caso.

c) Em relação ao requisito de tempo de experiência: apresentação de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o tempo de experiência do profissional requerido, conforme o caso."

Seguindo o que foi exposto acima, ficará demonstrado claramente que o Consórcio Eagle-Hidrotopo NÃO apresentou a documentação mínima exigida para a qualificação técnica profissional, motivo pelo qual deve ser inabilitado do certame, por descumprimento do item 5.11 do TR.

Abaixo segue a relação dos profissionais apresentados pelo Consórcio Eagle-Hidrotopo. Nota-se que para cada profissional é exigido um determinado requisito e experiência profissional.

PERFIL DO PROFISSIONAL	REQUISITOS E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS	Qtd	Profissional
Especialista em hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária	Com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária	1	AUGUSTO SAMPAIO E NATHERCIA GUIMARÃES
Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	Com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	1	RICARDO SCHECHTEL
Advogado com experiência de 8 anos no setor portuário	Mínimo de 8 anos de experiência no setor portuário	1	GABRIEL SCOTTI
Economista, com experiência em business valuation	Com experiência em business valuation	1	TIAGO BUSS
Oceanógrafo, com experiência em hidrografia	Com experiência em hidrografia	1	AUGUSTO MUELLER
Especialista em análise de dados de navegação interior	Especialista em análise de dados de navegação interior	1	LUIZ CLAUDIO DUARTE DALMOLIN
PERFIL DO PROFISSIONAL	REQUISITOS E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS	Qtd	Profissional
Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão portuária	Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão portuária	2	ANDRE PIMENTEL E ANDRE PIMENTEL JUNIOR
Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	2	ANA BEATRIZ SAMPAIO E REGINALDO GONÇALVES
Economista, com experiência em business valuation	Com experiência em business valuation	2	CARINA DAL PAI E CLOVIS DE AZEVEDO
Eng. Ambiental	Experiência em licenciamento ambiental no setor de infraestrutura	2	LEONARDO STEINER E TAINARA SILVEIRA
Especialista em análise de dados de movimentação portuária	Especialista em análise de dados de movimentação portuária	2	LEONARDO TRISTÃO E BRUNO TEIXEIRA

Segue abaixo um breve resumo por profissional da documentação apresentado à Comissão de Licitação pelo consórcio, incluindo os documentos adicionais enviados em diligência.

**a. AUGUSTO GUILHERME MUELLER**

i. O Oceanógrafo Augusto, apresentou uma declaração o que comprova sua experiência em hidrografia, entretanto a declaração apresentada é assinada pela própria empresa Hidrotopo, e em função disso, tal declaração deve ser invalidada. **O próprio licitante assinando sua própria habilitação???** A declaração deveria estar assinada pelo proprietário da obra, menos o próprio licitante.

**b. LUIZ CLÁUDIO DUARTE DALMOLIN**

i. Acreditamos que por algum engano ou esquecimento **não foi disponibilizado qualquer documento deste profissional**, desqualificando este profissional como especialista em análise de dados de navegação interior.

**c. ANDRÉ PIMENTEL**

i. O profissional e engenheiro naval André Pimentel, além de **não apresentar o diploma**, também **não apresentou nenhum atestado, certidão ou declaração** que oito (8) ARTs Registradas junto ao CREA/SC, o que para a documentação exigida em edital não é comprobatória de sua experiência.

ii. Ressaltamos também que conforme o item 5.11, alínea B e C, o Atestado, Certidão ou Declaração, deve ser emitido por pessoal jurídica de direito público ou privado, e que na documentação apresentada, além de não ser nenhuma das documentações, também não atende ao exigido no edital, pois, é um simples resumo das ARTs emitidas pelo profissional.

iii. Adicionalmente, o documento apresentado não demonstra a experiência profissional no que se refere "Especialista em Portos em engenharia ou gestão portuárias"

**d. REGINALDO GONÇALVES ABREU**

i. O Engenheiro civil e Eng. Sanitarista e Ambiental **não apresentou qualquer tipo de atestado, certidão ou declaração que comprove sua experiência** em orçamento e Projetos Arquitetônicos e sim apenas a certidão de registro profissional, CTPS digital e uma certidão de atribuições de profissional, não atendendo ao mínimo exigido em edital.

**e. CARINA CARGNELUTTI DAL PAI**

i. A economista Carina embora tenha apresentado diversos acervos, conforme solicitado em edital, não é possível comprovar sua experiência em "Business Valuation", requisito para o profissional exigido em edital. Tais acervos comprovam que a Carina possui um amplo conhecimento em diagnóstico socioeconômico e ambiental, assim como estudos sócio-econômicos, porém muito diferentes da experiência exigida em edital.

**f. CLOVIS CASTRO DE AZEVEDO E SOUZA**

i. O economista Clóvis, além de apresentar o diploma, apresentou diversos acervos e atestados que comprovam sua vasta experiência em Estudos Socioeconômicos, Avaliação econômica, Estudos de viabilidade, Estudos de tráfego, Análise de sensibilidade, entre outros, porém através dos documentos disponibilizados não é possível comprovar sua experiência em "Business Valuation".

**g. LEONARDO VILELA STEINER**

i. O engenheiro Sanitarista e Ambiental Leonardo, **não apresentou qualquer tipo de atestado, certidão ou declaração** que comprove sua experiência em licenciamento ambiental no setor de infraestrutura, e sim

apenas sua certidão de registro de profissional e um relatório de FGTS, não atendendo ao mínimo exigido em edital.

**h. TAINARA SILVEIRA**

i. A Engenheira civil e Engenheiro Sanitarista e Ambiental Tainara não apresentou qualquer tipo de atestado, certidão ou declaração que comprove sua experiência em licenciamento ambiental no setor de infraestrutura, e sim apenas sua certidão de registro de profissional e um relatório de FGTS, não atendendo ao mínimo exigido em edital.

**i. LEONARDO REIS TRISTÃO**

i. O bacharel em Ciência da Computação, Pós-graduado em engenharia De Software e Mestre em Eng. De Transportes e Gestão Territorial, também não apresentou qualquer tipo de atestado, certidão ou declaração que comprove sua experiência profissional em "análise de dados de movimentação portuária", documentação mínima e expressamente requisitada em edital.

**j. BRUNO EGÍDIO SANTI TEIXEIRA**

i. Como não foi apresentado o Diploma do Sr. Bruno Teixeira, e apenas 2 fotos da Carteira de Trabalho, não é possível afirmar qual é sua formação, item exigido em edital, e sim apenas seu cargo em diversas empresas.

ii. Adicionalmente também não é possível comprovar sua experiência profissional exigido minimamente no edital em "análise de dados de movimentação portuária", pois não é apresentado qualquer tipo de atestado, certidão ou declaração.

Desta forma, como forma de espantar qualquer dúvida, segue abaixo, em forma de tabela, um breve resumo por profissional, demonstrando que o Consórcio EAGLEHIDROTOPO NÃO atende o mínimo exigido no edital no que se refere à Habilitação Técnica Profissional.

PERFIL DO PROFISSIONAL	REQUISITOS E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS	QTD	Profissional	Formação	Experiência Profisisonal	Tempo de Experiência	HABILITADO
AÇÃO 2							
Especialista em hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária	Com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária	1	Augusto Sampaio	ok	ok	ok	OK
			Nathércia Guimarães	ok	ok	ok	OK
Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	Com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	1	Ricardo Schetel	ok	ok	-	OK
Advogado com experiência de 8 anos no setor portuário	Mínimo de 8 anos de experiência no setor portuário	1	Gabriel Scotti	ok	ok	-	OK



PERFIL DO PROFISSIONAL	REQUISITOS E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS	QTD	Profissional	Formação	Experiência Profisional	Tempo de Experiência	HABILITADO
Economista, com experiência em <i>business valuation</i>	com experiência em business valuation	1	Tiago Buss	ok	ok	-	OK
Oceanógrafo, com experiência em hidrografia	Com experiência em hidrografia	1	Augusto Mueller	ok	NÃO OK	-	NÃO OK
Especialista em análise de dados de navegação interior	Especialista em análise de dados de navegação interior	1	Luiz Claudio Duarte Dalmolin	NÃO OK	NÃO OK	-	NÃO OK
<b>AÇÃO 3</b>							
Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão portuária	Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão portuária	2	André Pimentel	ok	NÃO OK	NÃO OK	NÃO OK
			André Pimentel Júnior	ok	ok	ok	OK
Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	2	Ana Beatriz Sampaio	ok	ok	-	OK
			Reginaldo Gonçalves	ok	NÃO OK	-	NÃO OK
Economista, com experiência em <i>business valuation</i>	Com experiência em business valuation	2	Carina Dal Pai	ok	NÃO OK	-	NÃO OK
			Clovis de Azevedo	ok	NÃO OK	-	NÃO OK
Eng. Ambiental	Experiência em licenciamento ambiental no setor de infraestrutura	2	Leonardo Steiner	ok	NÃO OK	-	NÃO OK
			Tainara Silveira	ok	NÃO OK	-	NÃO OK
Especialista em análise de dados de movimentação portuária	Especialista em análise de dados de movimentação portuária	2	Leonardo Tristão	ok	NÃO OK	-	NÃO OK
			Bruno Teixeira	NÃO OK	NÃO OK	-	NÃO OK

#### IV DA JURISPRUDÊNCIA

Neste sentido, sobre **a necessidade de se cumprir as determinações do edital** em relação à qualificação técnico profissional, farta é a jurisprudência:

(...)

Portanto, não há outra medida a ser adotada pela Comissão de Licitação a não ser a inabilitação do consórcio **EAGLE-HIDROTOPO**, por descumprimento ao edital do certame, pois há falta de documentação exigida nos termos editalícios.

#### V - DAS QUESTÕES DE DIREITO RELACIONADAS AO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL

(...)

Pois bem, o edital exigiu a comprovação da habilitação técnica dos profissionais por meio de documentos que comprovem a qualificação destes profissionais.

Sobre outro prisma, não havendo a devida comprovação da qualificação técnica dos profissionais, futuramente poderá haver grandes prejuízos para a Administração licitante, haja visto o tempo gasto, o dinheiro e a mobilização para a realização do certame licitatório, que poderá ter seu objeto não realizado, caso a empresa não consiga prosseguir com os serviços licitados, por inabilitação dos profissionais. O que pode gerar futuros atos de improbidade por parte dos gestores do certame.

Ainda em relação à qualificação técnica dos profissionais, o consórcio declarado vencedor não demonstrou que possui profissionais qualificados, nos estritos termos do edital, uma vez que houve falta de documentos que fossem capaz de demonstrar a qualificação técnica dos profissionais.

Em outras palavras, a qualificação técnica profissional visa demonstrar a capacidade técnica positiva dos profissionais que irão futuramente prestar os serviços objeto do certame, o que não foi comprovado.

Portanto, por dedução lógica, não existindo por parte do consórcio declarado vencedor a exigência de comprovação de qualificação técnica compatível com o objeto licitado, não poderá a Administração Licitante exigir no contrato a compatibilidade dos serviços correlatos com o que se espera com o certame. E não poderá o consórcio recorrido garantir, com base na sua (falta) de capacidade técnica profissional o cumprimento do objeto licitado.

Não se pode olvidar que nosso sistema licitatório tem por escopo escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. E esta vantajosidade se infere das condições de realização do certame em conjunto com o que se espera do resultado da licitação. Ao final não interessa a contratação mais econômica se o objeto não puder se cumprido. Vale ressaltar posição do professor José dos Santos Carvalho Filho, em semelhante linha de raciocínio, senão vejamos.

(...)

Não é despidendo lembrar que o cumprimento do edital e as disposições da Lei 13.303/2016 são fundamentais para garantir a lisura, a eficiência e a integridade nos processos de contratação das empresas estatais. A observância rigorosa dessas normas é essencial para promover a igualdade de condições entre os participantes, assegurar a transparência e proteger a administração pública e as empresas contra possíveis irregularidades e questionamentos jurídicos.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, em respeito às normas legais que regem a matéria e aos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, é medida que se impõe que seja revista a decisão que declarou o consórcio recorrido vencedor.

2.2. Por fim, requereu:

- a) que o presente recurso seja recebido nos termos do edital e do artigo 59, § 1º da Lei Federal nº 13.303/16;
- b) que sejam os demais licitantes comunicados acerca da interposição do presente recurso para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal;
- c) que a Comissão de Licitação reconsidere sua decisão que declarou o consórcio recorrido vencedor, declarando-o inabilitado, para que o certame seja retomado, com o prosseguimento de suas ulteriores fases.

### 3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento (SEI nº 8596830) em síntese:

3.2. O corpo técnico das empresas consorciadas possui ampla experiência na estruturação de projetos de infraestrutura, todos os profissionais indicados contam com vasta certificação e gabarito.

3.3. O Consórcio Eagle-Hidrotopo possui vasta experiência no assessoramento de estruturação de negócios de concessão de infraestrutura aquaviária e na elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de terminais portuários

3.4. Ao final, requereu que sejam acolhidas as contrarrazões apresentadas, e a improcedência dos recursos interpostos e, consequentemente, a manutenção da sua habilitação e homologação do certame, tendo em vista a comprovação da qualificação econômico-financeira e técnica profissional.

### 4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA ÁREA TÉCNICA:

4.1. Quanto às alegações relativas à capacidade técnica, os autos foram encaminhados com o recurso e contrarrazões, conforme Ofícios nº 105 e 107 (SEI nº 8574571) e (SEI nº 8596836), respectivamente, para análise da Diretoria de Planejamento - DIPLAN, que se manifestou por meio da Análise Técnica (SEI nº 8606914), conforme abaixo (sic):

4.1. Em relação ao Recurso Administrativo da empresa GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA e GARIN INFRAESTRUTURA ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, informamos que para o perfil de **Especialista em Hidrovias** foram apresentados 2 (dois) profissionais para o perfil, sendo que para a habilitação mínima exigida a profissional Nathercia Guimarães atendeu aos pré-requisitos exigidos. Portanto em relação ao Profissional Augusto Sampaio, informamos que ele não foi considerado, por não atender aos requisitos.

4.2. Em relação ao perfil de **Especialista em Análise de Dados**, o profissional mencionado **Luiz Claudio Dalmolin não foi considerado na equipe mínima por não ter apresentado comprovação ao seu tempo. Merecendo provimento neste ponto as peças recursais.**

4.3. Em relação ao recurso apresentado pelas empresas GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA e GARIN INFRAESTRUTURA ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, **informamos que os profissionais mencionados (AUGUSTO SAMPAIO E LUIZ CLAUDIO DALMOLIN), não comprovaram a habilitação necessária para os perfis.**

4.4. Em relação ao recurso apresentado pela INFRAS ENGENHARIA LTDA, informamos que, em nossa análise, os profissionais Augusto Guilherme Mueller e Clóvis de Azevedo atendem às exigências solicitadas, porém os demais profissionais mencionados não comprovaram a habilitação necessária ao seu tempo.

4.2. Instada a complementar a análise e decidir acerca do mérito recursal para o quesito técnico, a unidade demandante se manifestou de forma complementar (SEI nº 8624109) (sic):

1.2. Em que pese se informar que os **recursos apresentados mereciam provimento (item 4.2, do Documento de Análise Técnica - GRAF e INFRAS (8606914),** retornam os autos para complementação das informações.

[...]

1.6. No presente caso, uma vez que as comprovações do profissional LUIZ CLÁUDIO DALMOLIN não estavam presentes na documentação de habilitação e se realizou a análise do profissional CLÓVIS DE AZEVEDO **para fins de habilitação, não se entendeu necessária a realização de diligências a serem**

**solicitadas quando da análise técnica** (Parecer 1 de habilitação Lote 6 SUPAQ (8523922), **encaminhada à comissão de licitação nos termos do Ofício 437** (8527761).

1.7. Da Análise dos Recursos e das contrarrazões, com base no Edital e seus anexos [...], **em complemento à análise anterior, conclui-se:**

Em relação ao Recurso Administrativo da empresa GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA e GARIN INFRAESTRUTURA ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, informamos que para o perfil de Especialista em Hidrovias foram apresentados 2 (dois) profissionais, sendo que, para a habilitação mínima exigida, a profissional Nathercia Guimarães atendeu aos pré-requisitos exigidos para a Ação 2 - SUPAQ1. **Portanto, em relação ao Profissional Augusto Sampaio, informamos que ele não foi considerado, por não atender aos requisitos ali estabelecidos.**

Em relação ao perfil de "Especialista em análise de dados de navegação interior", **o profissional LUIZ CLAUDIO DALMOLIN não apresentou documentação comprobatória da experiência na habilitação.** Oportuno registrar que este profissional não foi inicialmente analisado, nem objeto de diligência, em busca de celeridade processual. Isso, visto que a licitante havia apresentado um vasto rol de profissionais, dos quais o profissional CLÓVIS DE AZEVEDO comprovaria experiência compatível, tecnicamente passível de ser aceito na função em referência. **Contudo, após apresentação de recursos e contrarrazões, essa referida substituição de profissional proposta pela SUPAQ [...]** deveria ser respeitada as indicações de profissionais e funções designadas pela licitante.

[...]

**Em relação ao perfil de Especialista em análise de dados de navegação interior, CLÓVIS DE AZEVEDO, [...], não tendo sido arrolado na AÇÃO 2 - SUPAQ 1, não é possível considerá-lo na equipe mínima.**

4.3. Acerca da análise da documentação apresentada para a comprovação da capacidade técnica apresentada pela licitante, não cabe à Comissão de Licitação se imiscuir em questões eminentemente técnicas, conforme artigo 23, inciso IV do RILC/Infra:

Art. 23. São competências da Comissão de Licitações:

[...]

IV - Quando couber, **solicitar análise e parecer relativos à qualificação e proposta técnica para as unidades requisitantes, cuja análise deverá ser aprovada pelo Diretor Setorial;**

4.4. Importante salientar que o exame da documentação por parte da Comissão de Licitação, se restringe aos aspectos jurídico, econômico-financeiro e fiscal, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a esses, parte-se da premissa de que a autoridade competente se utilizou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

4.5. Dessa forma, não compete a CPL a ratificação da análise e manifestação da unidade técnica, consoante explanado nos itens 4.3. e 4.4 deste documento, visto que a competência é exclusiva da unidade técnica, sendo aprovada pela autoridade máxima da área técnica, nos termos do inciso IV do art. 23 do RILC/Infra, conforme Ofício 488 (SEI nº 8624989).

## **5. DA CONCLUSÃO**

5.1. Ante exposto, considerando as razões recursais, e contrarrazões, bem como a manifestação da unidade técnica (SEI nº 8606914 e 8624109) conclui-se pelo **CONHECIMENTO** do recurso, para no mérito, conceder **TOTAL PROVIMENTO**, inabilitando **CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO** composto pelas empresas EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 17.940.831/0001-46 - 50% (líder); e HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. CNPJ: 31.250.137/0001-28 - 50%, pela não comprovação da qualificação técnica do profissional "Especialista em análise de dados de navegação interior", descumprindo-se o **item 8.14, "b" do Termo de Referência** (SEI nº 8226060), da **Ação 2 - SUPAQ 1**.

5.2. Tendo em vista o parcial provimento do recurso, encaminhe-se os autos à autoridade competente, para, se de acordo, ratificá-lo ou retificá-lo, nos termos do artigo 55 do RILC/Infra.

**Maria Cecília Mattesco Caixeta**  
Presidente da Comissão de Licitação

**Jaqueline Souto Mangabeira**  
Membro

**Luciana Madeiro Ximenes**  
Membro

Portaria nº 102 (SEI nº 8384338)

Nota Técnica 9 (SEI nº 8071936)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta**, **Presidente de Comissão de Licitação**, em 25/07/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES**, **Membro de Comissão de Licitação**, em 25/07/2024, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE SOUTO MANGABEIRA**, **Membro de Comissão de Licitação**, em 25/07/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0),  
informando o código verificador **8601899** e o código CRC **13298F80**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 50050.005498/2023-84

SEI nº 8601899